

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

ALISSON DOUGLAS DA CRUZ

TRANÇAMENTOS:

Crônicas e artigos sobre o racismo cotidiano

Mariana

2023

ALISSON DOUGLAS DA CRUZ

TRANÇAMENTOS:

Crônicas e artigos sobre o racismo cotidiano

Memorial Descritivo do produto jornalístico apresentado ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Agnes Francine de Carvalho Mariano

Mariana

2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C957t Cruz, Alisson Douglas Da.
Trançamentos [manuscrito]: crônicas e artigos sobre o racismo cotidiano. / Alisson Douglas Da Cruz. - 2022.
53 f.

Orientadora: Profa. Dra. Agnes Francine de Carvalho Mariano.
Produção Científica (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Jornalismo. 2. Negritude (Movimento literário). 3. Racismo. I. Mariano, Agnes Francine de Carvalho. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 323.12

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário CRB6a 1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Alisson Douglas da Cruz

Trançamentos: crônicas e artigos sobre o racismo cotidiano

Produto jornalístico apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo

Aprovada em 24 de agosto de 2023

Membros da banca

Doutora - **Agnes Francine de Carvalho Mariano** - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)

Doutor - **Adilson Pereira dos Santos** - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Doutor - **Ricardo Augusto Silveira Orlando** - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Agnes Francine de Carvalho Mariano, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 31/08/2023



Documento assinado eletronicamente por **Agnes Francine de Carvalho Mariano, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 31/08/2023, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0584082** e o código CRC **A255EE9E**.

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todos os indivíduos cujas vidas foram marcadas por uma história de resiliência e resistência. Às pessoas negras, cujas trajetórias têm sido atravessadas por séculos de injustiças.

Gostaria também de dedicar às futuras gerações, com a esperança de que nossos esforços hoje possam criar um caminho onde a cor da pele não seja um fator determinante para o destino de alguém. Que possamos, juntos, construir uma sociedade que celebra a diversidade, a inclusão e a igualdade.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar expressando minha profunda gratidão aos meus pais, Adão e Rosângela. Mesmo não estando presentes neste momento de imensa alegria, foram eles quem me educaram e forneceram todas as oportunidades que me permitiram chegar até aqui. Esta conclusão de trabalho é uma homenagem a eles e ao significado que eles têm em minha vida.

Sou grato também ao meu irmão Anderson e a todos os meus familiares que me apoiaram e incentivaram ao longo desses anos.

Não posso deixar de reconhecer a importância da Universidade Federal de Ouro Preto, que transmitiu um ensino de qualidade e excelência, apesar dos desafios enfrentados com o sucateamento do ensino superior pelo governo federal anterior. Agradeço aos meus professores pela dedicação e comprometimento.

Minha orientadora, Agnes Mariano, merece uma menção especial por todos os ensinamentos e trocas de conhecimentos que tornaram possível a finalização deste trabalho.

Destaco também as amizades que fiz durante o curso na universidade. Foi graças a essas pessoas que consegui manter meu propósito de me tornar um jornalista profissional. Muito obrigado aos meus colegas jornalistas e amigos: Ernesto Neto, Maria Alice Pereira, Isabella de Paula, Rodrigo Nassif, André Neves, Eduarda Dias e Michelle Schiavoni. Um agradecimento especial à Renata Ruas, que foi uma amiga importante durante o curso e desempenhou um papel fundamental na elaboração deste trabalho. Sem ela, não teria sido capaz de concluir este projeto.

Não posso deixar de agradecer às pessoas que estiveram presentes em minha vida e me incentivaram ao longo dos anos. Agradeço às minhas amigas Maria Júlia, Natasha Natividade e ao meu amigo Lucas Ramos, que sempre me ouviram e apoiaram em todas as vezes que eu reclamei sobre o meu TCC não evoluir. Quero destacar especialmente minha amiga e irmã Ana Twayene Pereira, que tem estado ao meu lado há 14 anos, nos momentos de felicidade e tristeza, sempre sendo meu porto seguro.

Por fim, expresso minha gratidão a todos os santos, orixás, deuses, entidades e guias espirituais aos quais me apeguei nos momentos de desespero diante de qualquer dificuldade encontrada durante o processo de criação deste trabalho.

A todos vocês, meu sincero obrigado!

“Eu não sou o alvo dos racistas, eu sou o pesadelo deles.”

Emicida

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo registrar a criação do produto jornalístico intitulado "Trançamentos", um conjunto de textos opinativos sobre temas relacionados ao racismo, que foram disponibilizados em um site. Inicialmente, discutiremos a violência racial contra afrodescendentes no Brasil, apresentando dados e exemplos de diferentes formas de preconceito. Em seguida, abordaremos as definições de meritocracia e branquitude, além de explorar o mito da democracia racial. Posteriormente, examinaremos a escolha da linguagem utilizada no produto, que se baseia principalmente no gênero opinativo. Para tanto, faremos uma análise dos formatos textuais, como artigos de opinião e crônicas, levando em consideração suas características e os processos de divulgação no jornalismo. A partir desse ponto, propomos a criação de um site na plataforma Wordpress para a publicação dos artigos e crônicas, além de uma página oficial no Instagram, com o objetivo de promover a divulgação para o público. Os textos produzidos abordam questões como a desigualdade racial no Brasil, o padrão de beleza branco, a meritocracia e a branquitude, o lugar de fala, a falta de representatividade e o apagamento da cultura afro no país.

Palavras-chave: Racismo, negritude, jornalismo, gênero opinativo, crônica

ABSTRACT

The present work aims to document the creation of the journalistic product titled "Trançamentos," a website that addresses opinionated texts on topics related to racism. Initially, we will discuss racial violence against Afro-Brazilians, presenting data and examples of different forms of prejudice. Next, we will delve into the definitions of meritocracy and whiteness, as well as explore the myth of racial democracy. Subsequently, we will examine the choice of language used in the product, which is primarily based on the opinion genre. To do so, we will analyze textual formats such as opinion articles and chronicles, taking into account their characteristics and the dissemination processes in journalism. From this point on, we propose the creation of a website on the Wordpress platform for publishing articles and chronicles, along with an official Instagram page, with the aim of promoting outreach to the public. The produced texts will address issues such as racial inequality in Brazil, white beauty standards, meritocracy and whiteness, the concept of "lugar de fala", lack of representation, and the erasure of Afro-Brazilian culture.

Keywords: Racism, blackness, journalism, opinionated gender, chronicle.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 - A ESTRUTURA DA SOCIEDADE RACISTA	10
1.1 VIOLÊNCIA POR COR	11
1.2 MERITOCRACIA E BRANQUITUDE	14
1.2.1 O mito da democracia racial	18
1.3 GÊNERO OPINATIVO	19
1.3.1 Artigo de opinião	21
1.2.2 Crônicas	22
2 - PROJETO TRANÇAMENTOS	25
2.1 ELABORAÇÃO DO PRODUTO	29
3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	32
APÊNDICE A - Texto 1	34
APÊNDICE B - Texto 2	37
APÊNDICE C - Texto 3	40
APÊNDICE D - Texto 4	43
APÊNDICE E - Texto 5	46
APÊNDICE F - Texto 6	50

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal a criação de textos opinativos acerca do tema do racismo, presente em nossa sociedade ao longo da sua história. Serão produzidos artigos de opinião e crônicas que incluirão experiências vividas pelo autor. A intenção é publicar esse conteúdo na internet.

No Brasil, o regime escravocrata se manteve por mais de 300 anos e deixou marcas na sociedade. Uma delas é o racismo, que durante muitos anos anulou os valores da cultura negra e negligenciou a história de povos indígenas e africanos. Após o período da escravidão, as pessoas negras continuaram sendo marginalizados pela sociedade, ocupando periferias e subempregos, dando início a toda uma cadeia de racismo estrutural que segue enraizada na história e na cultura brasileira.

Mesmo depois de 500 anos, o racismo continua presente em diversos tipos de violência contra a população negra. Embora muito se discuta sobre brutalidade contra corpos pretos, a mídia segue utilizando o valor notícia para negligenciar essa questão.

Nesse memorial, discute-se de forma breve a história do racismo, abordando como a violência racial está presente na sociedade e como ela acontece no Brasil. Além disso, contextualiza-se, com dados e exemplos, como a população afrodescendente vive à margem na sociedade, enfrentando a falta de políticas sociais, e traz a discussão sobre os muitos privilégios vinculados à branquitude. Em seguida, aborda-se as características do gênero opinativo. A primeira etapa se encerra com a exposição dos formatos opinativos escolhidos para este trabalho: artigo de opinião e crônica.

No capítulo dois apresenta-se o produto que será produzido no presente trabalho. Mostramos como aconteceu a produção e composição dos textos opinativos sobre o racismo. Trazendo experiências vividas pelo autor em seis textos que abordam temas recorrentes na vida de pessoas pretas. Explica-se ainda as motivações para a escolha do nome do produto e sua veiculação em site (<https://trancamentos.wordpress.com/>) e redes sociais disponíveis na internet.

CAPÍTULO 1

A ESTRUTURA DA SOCIEDADE RACISTA

No presente capítulo pretende-se discutir aspectos importantes para a elaboração do produto *Trançamentos*. O projeto consiste na criação de um conjunto de textos opinativos, artigos de opinião e crônicas com temáticas relacionados ao racismo sofrido pela população negra no dia a dia

A primeira seção contextualiza, por meio de debates introdutórios, a história do racismo, desde a colonização brasileira, até os tempos atuais. Dessa forma, o capítulo discute como acontece a violência racial, de forma física e midiática, na sociedade brasileira, abordando as diferentes formas de preconceito e situações de discriminação que afrodescendentes ainda enfrentam.

Na segunda parte do capítulo, objetiva-se a discussão da linguagem escolhida para o produto, o gênero opinativo. Assim, a seção tem um foco especial na análise dos formatos textuais, artigo de opinião e crônica, buscando entender as suas características e como estão presentes no jornalismo impresso e digital.

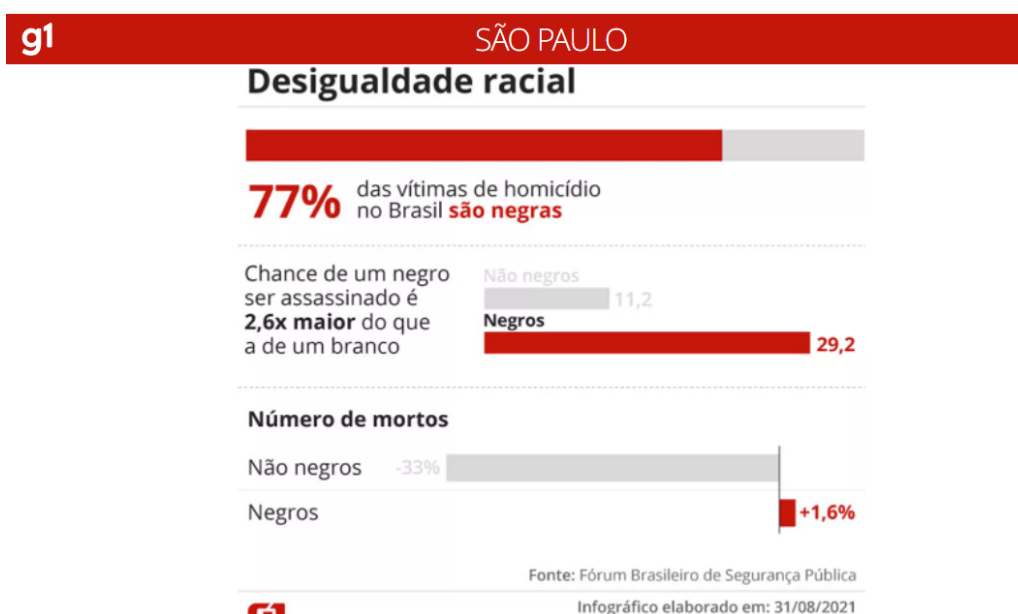
1.1 VIOLÊNCIA POR COR

Não é possível falar de racismo e violência sem voltar ao passado e analisar historicamente como se deu a ocupação e colonização do continente americano, a partir do século XV. Países europeus encontraram em solo africano riquezas e força de trabalho a serem exploradas. Esta última, por meio do trabalho escravo. Como meio de alavancar a economia, o tráfico de pessoas escravizadas para a América serviu como moeda de troca durante muitos anos.

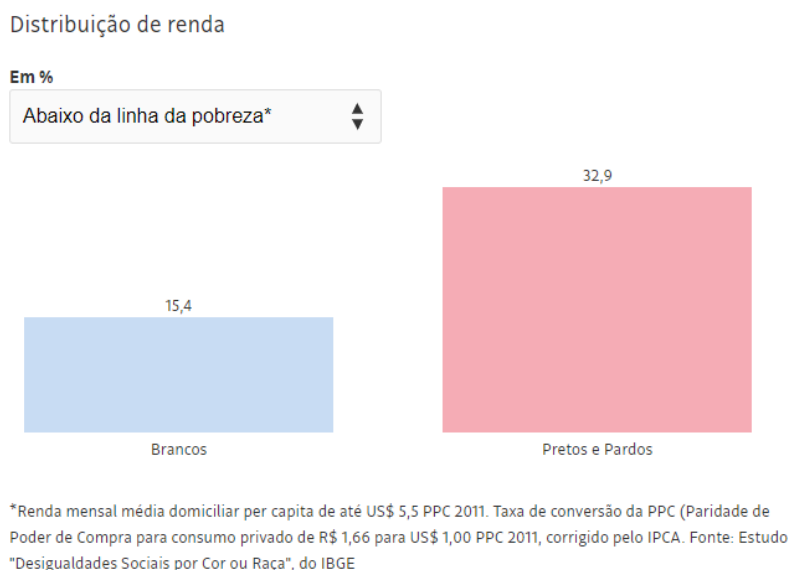
O racismo está presente no Brasil desde a sua colonização por Portugal, que começou em 1500, e segue até os dias de hoje. Com portugueses brancos explorando a mão de obra indígena e africana, a história verde e amarela foi se moldando e a escravidão foi se mantendo como característica indissociável do país por mais de 388 anos. Com a abolição da escravatura, em 1888, os ex-escravizados passaram a ocupar as periferias urbanas e os subempregos da sociedade, dando continuidade à lógica do branco sendo superior ao preto.

Por séculos, a escravidão foi uma fonte rentável para a elite econômica que donimava a política brasileira. Não à toa, barões e marqueses se opuseram fortemente ao fim da escravidão no Brasil. Após muita pressão inglesa, por razões econômicas, e revoltas escravistas e lutas do movimento abolicionista, em meados do século XIX, a escravidão teve o seu fim. Apesar disso, a população negra brasileira continuou sofrendo com a falta de amparo dos governantes e a inexistência de políticas públicas para reverter a situação precária da maioria dos afrodescendentes, resultado direto dos séculos de exploração. Mesmo com a perpetuação do racismo por órgãos públicos governamentais, a população afrodescendente mostrou a sua resistência e se manteve presente em todo território nacional, mostrando que após séculos de violência contra os povos africanos e seus descendentes, a liberdade era uma conquista da população negra, mas a igualdade ainda era pertencente aos brancos.

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o Brasil possui 54% da população composta por negros, isto é, pela soma de pretos e pardos. Apesar de ser a maioria, a população negra segue sendo exposta a várias formas de violência. Um estudo feito pelo Instituto Sou da Paz, realizado em 2019, mostra que, dos 30 mil assassinatos por arma de fogo, 78% vitimaram pessoas negras.



Além da violência física, a população negra brasileira também sofre no tocante à pobreza econômica. Segundo dados do IBGE, a proporção de pessoas negras com rendimento inferior à linha de pobreza foi maior que o dobro da proporção entre as brancas. Além disso, caucasianos possuem uma renda, em média, 74% superior, em relação aos afrodescendentes.



Vivendo em locais violentos e longe do acesso a serviços básicos, as pessoas negras pouco se viam representadas na sociedade e passaram décadas sendo representadas na mídia quase exclusivamente como bandidos e trabalhadores subempregados.

Com a perpetuação do branco como padrão de beleza e a negação da negritude, o brasileiro se acostumou com pessoas pretas ocupando lugares de inferioridade na sociedade e nas representações simbólicas. Na teledramaturgia nacional, os negros se acostumaram a desempenhar papéis como: escravizados, a mulher negra hipersexualizada, empregadas domésticas, bandidos. Dessa forma, novelas como *Escrava Isaura*, 1976, escrita por Gilberto Braga, e seguiram reforçando um papel subalterno das pessoas negras.

A escolha dos galãs, dos protagonistas, celebra modelos ideais de beleza europeia, em que, quanto mais nórdicos os traços físicos, mais alto ficará o ator ou atriz na escolha do elenco [...]. No lado

contrário, os atores de origem negra e indígena serão escalados para representar os estereótipos da feiúra, da subalternidade e da inferioridade racial e social, de acordo com a intensidade de suas marcas físicas, seu formato de rosto, suas nuances cromáticas de pele e textura de cabelo, portanto de acordo com o seu grau de mestiçagem (ARAÚJO, 2008, p. 983)

No Jornalismo, a população afrodescendente sempre foi representada como parte do enredo das notícias que mostravam os crimes cometidos por parte da população. Mas quase nunca havia apresentadores e jornalistas que desempenham os papéis de noticiar os fatos nas grandes emissoras de televisão. Para Bordenave (1988), a comunicação pode contribuir para a transformação dos indivíduos. Dessa forma, o autor defende que a comunicação possui a função de alteração dos credos, princípios e atitudes das pessoas.

Para muitos leitores e telespectadores, os meios de comunicação respondem também a suas aspirações de mobilidade social. Talvez por esta razão, os recortes de revista que cobrem as paredes dos favelados raramente contêm cenas de pobreza e opressão e sim de mansões de luxo, pessoas bem vestidas, personagens aparentemente bem-sucedidos, como astros de cinema, cantores e estrelas de futebol (BORDENAVE, 1988, p. 20).

A partir do enfoque apresentado, é possível identificar como o racismo se faz presente nos dias atuais e como os meios de comunicação contribuíram para perpetuar o preconceito que ainda existe na sociedade. Diante de vários pontos que estruturam o racismo, meritocracia e branquitude ainda são temas importantes a serem abordados.

1.2 MERITOCRACIA E BRANQUITUDE

Em 2018, durante as eleições presidenciais, memes da internet trouxeram novamente ao debate os conceitos de meritocracia e branquitude na sociedade brasileira. Imagens da boneca Barbie acompanhadas de afirmações comuns entre a elite branca difundiram-se pelas redes sociais e trouxeram uma forte crítica aos benefícios às pessoas de pele clara do país.



A série de críticas que começaram na web apontou como a população branca, muitas vezes pertencendo à mesma classe econômica de grande parte da população preta, se sente superior somente por ter a pele mais clara. Essa problemática se faz presente na pesquisa de David Roediger (2004). O autor analisa a classe trabalhadora e aponta que os trabalhadores brancos com condições iguais aos trabalhadores negros se entendiam como superiores devido à raça, se apropriando de benefícios como acesso a lugares públicos mais elitizados.

O sentimento de raça e os benefícios conferidos pela branquitude levaram os trabalhadores sulistas brancos a esquecer seus interesses praticamente idênticos aos dos negros pobres e a aceitar vidas apequenadas para si mesmos e para os mais oprimidos do que eles (ROEDIGER, 2001, p. 56).

Todo esse processo evidenciou como a branquitude é um aspecto forte na estrutura racista da sociedade atual, como as pessoas se sentem superiores e merecedoras de privilégios somente pelo fato de ter a pele clara. O que demonstra como a democracia racial permanece sendo um mito, uma utopia. A psicóloga Edith Piza define a branquitude como:

Um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo; uma posição de poder não nomeada, vivenciada em uma geografia social de raça como um lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo. (PIZA, 2002, p. 71)

Lia Schucman em sua tese (2012, p. 23) define a branquitude como uma posição ocupada por sujeitos com direito a privilégios gerados no colonialismo e presentes até hoje. A partir dessa compreensão, entende-se que pessoas brancas, inconscientemente, já nascem com vantagens em relação às pessoas negras. Dessa forma, pessoas brancas possuem benefícios, mesmo que involuntários, em diferentes áreas da sociedade, como segurança e educação. A pesquisa “Por que eu”, feita pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa e o Data Labe, veiculada no Correio Braziliense em 2021, mostra que pretos sofrem um risco 4,5 vezes maior de sofrer abordagem policial. Como nos exemplos a seguir:

globo.com g1 ge gshow globoplay ASSINE JÁ

MENU | **g1** MUNDO BUSCAR

Caso George Floyd: morte de homem negro filmado com policial branco com joelhos em seu pescoço causa indignação nos EUA

FBI investiga morte em Minneapolis; vídeo filmado por testemunha mostra George Floyd, de 40 anos, imobilizado no chão, dizendo 'não consigo respirar', enquanto policial mantém joelho sobre seu pescoço.

Por BBC
27/05/2020 09h44 · Atualizado há 2 anos

[f](#) [t](#) [w](#) [s](#) [in](#)



A violência policial em razão da raça fica evidente no Brasil e no mundo com casos frequentes, geralmente tratados como situações isoladas pela sociedade pautada na branquitude e no racismo. A forma como a violência racial é tratada pela mídia se tornou uma crítica recorrente da população em protestos.



Muniz Sodré (1998) explica como funciona o racismo midiático, abordando questões como a negação à indiferença ao racismo por parte da imprensa. “A mídia tende a negar a existência do racismo, a não ser quando este aparece como objeto noticioso, devido à violação flagrante desse ou daquele dispositivo anti-racista ou a

episódicos conflitos raciais” (SODRÉ, 1998, p. 2). Sendo assim, questões de racismo são ignoradas pelo jornalismo ou tratados como casos isolados.

Além da segurança, o mercado de trabalho também aponta benefícios gerados pela branquitude. Um estudo realizado pelo IBGE em 2018, identificou que pessoas negras e pardas ganham em média 75% a menos que trabalhadores brancos no mercado de trabalho brasileiro. Nesse sentido, é importante frisar que os brancos obtêm privilégios simbólicos devido ao racismo da sociedade brasileira, mesmo que seja involuntariamente.

1.2.1 O mito da democracia racial

Muito presente no sistema racista que compõe a sociedade contemporânea, a ideia de que viveríamos em uma democracia racial prossegue sendo reproduzida por pessoas brancas. É mais uma forma de violência contra afrodescendentes, demarcando o seu lugar de inferioridade dentro da sociedade e criando uma ideia utópica de igualdade entre as raças.

[...] a sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior. (SANTOS, 1983, p. 19)

Reforçado por pessoas brancas, mas também por pardos e pretos que passaram a acreditar nesse mito, a ideia de democracia racial serviu como forma de negar a existência do racismo e mascarar a desigualdade estrutural da sociedade brasileira. Para os autores Silva e Skolaude (2020, p. 334) a democracia racial foi fabricada para assegurar o privilégio branco, “o que nos conduz a pensar a educação antirracista como uma contranarrativa à biopolítica que constituiu um regime de verdades sobre a nação”. Nesse sentido:

[...] muitos ainda afirmam que o preconceito de cor é um fenômeno de classe e que no Brasil não existem barreiras raciais. Todavia, aqueles que conseguem varar as barreiras sociais, qualificando-se

como técnicos ou como profissionais liberais, logo se defrontam com barreiras raciais. Promoção, reconhecimento de valor e acesso a vários empregos são negados por causa da condição racial, embora os pretextos apresentados escondam as razões verdadeiras. Para a massa da população negra a questão é ainda mais grave que para suas elites. Ela se vê expulsa da sociedade civil, marginalizada e excluída. E defronta-se com o peso de um bloqueio insuperável e de uma forma de dominação racial hipócrita, extremamente cruel e camuflada, que aumenta a exploração do negro, anula suas oportunidades sociais, mas, ao mesmo tempo, identifica o Brasil no qual reina a harmonia e igualdade entre as raças. A armadilha faz a cabeça do negro, que se desorienta e com frequência acaba capitulando, como se ele fosse responsável pelos 'seus fracassos'. (FERNANDES, 2017, p. 40).

Entre muitos “mitos” desmistificados na história brasileira, a democracia racial só é mais uma tentativa de uma sociedade racista para esconder o preconceito étnico-racial, que se tornou base para sustentar um país que marginaliza e exclui negros dos lugares de destaque.

1.3 GÊNERO OPINATIVO

O jornalismo tem um papel fundamental na sociedade desde o seu surgimento. Pouco a pouco a produção midiática tornou-se a grande ferramenta para a transmissão de informações entre pessoas do mundo inteiro. Na estrutura midiática, os gêneros passaram a ocupar um papel fundamental na difusão de informações como estratégia comunicacional para produzir conteúdos direcionados para o leitor. O artigo “Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório”, escrito por Francisco de Assis e José Marques de Melo, mostra que os gêneros jornalísticos funcionam como um sistema de organização no jornalismo.

O funcionalismo faz dos gêneros uma espécie de "cavalo de batalha", à medida que eles se estruturam refletindo as funções sociais básicas assimiladas pelos meios de Comunicação e atualizadas de acordo com as transformações sociais. Assim sendo, seus conteúdos são moldados por categorias funcionais (entre elas o Jornalismo) que se reproduzem em classes (ou gêneros), por sua vez organizadas em formas de expressão com certas características comuns (formatos) e subdivididas em espécies (tipos). (MELO; ASSIS, 2016, p. 52).

Dentro do jornalismo, os gêneros textuais surgiram com a proposta de estruturar e classificar as notícias de acordo com o padrão de cada jornalista e veículo de mídia. Os gêneros informativos, opinativos e interpretativos são responsáveis por gerar um diálogo entre jornal e leitor.

Um gênero é um evento comunicativo caracterizado por um conjunto de propósitos comunicativos mutuamente reconhecidos pelos membros da comunidade profissional ou acadêmica na qual ele regularmente ocorre. Na maioria dos casos, ele é altamente estruturado e convencionalizado com restrições quanto às contribuições admissíveis em termos de suas intenções, forma, posição e valor funcional. As restrições, no entanto, são muitas vezes exploradas pelos especialistas da comunidade discursiva para conseguir intenções particulares no quadro dos objetivos socialmente reconhecíveis. (BHATIA, 2001, p. 113)

O gênero opinativo começou a perder espaço para modelos de textos noticiosos presentes no jornalismo tradicional.

Foi necessário mudar progressivamente o estilo das matérias que os jornais publicavam. A retórica do jornalismo publicista era impenetrável para os novos leitores, herdeiros de uma tradição de cultura popular muito mais objetiva. Além disso, a guerra de opiniões perdia interesse porque não havia, como antes, aristocracia poderosa para se opor ao pensamento burguês e a organização dos operários para a ação política contínua sempre esbarrou em grandes obstáculos – quando não a repressão policial, a recessão econômica. (LAGE, 2001, p. 5)

Pedro Celso Campos (2002) afirma que o jornalismo opinativo deve ter compromisso com a informação, utilizando-se de argumentos com referências a especialistas, praticando mais a interpretação com uma análise sólida e segura para emitir opiniões. “A palavra publicada é uma arma poderosa e fatal. Engrandece ou aniquila, eleva ou derruba, estimula ou desanima. Uma vez publicada, a palavra não volta mais” (CAMPOS, 2002).

O gênero opinativo utiliza-se de alguns formatos textuais com identidade explícita do articulista e do veículo de comunicação por meio de artigos, editorial, coluna, resenha, crônica e comentário, entre outros. Para Marques de Melo e Assis (2010, p. 97), “os textos opinativos, em geral, se originam em algum acontecimento noticiado pelos textos informativos”. O envolvimento dos gêneros jornalísticos artigos de opinião e crônica são fundamentais para o jornalismo.

1.3.1 Artigo de opinião

Muito presente nos jornais e revistas, o gênero textual Artigo de Opinião consiste em um texto jornalístico no qual o autor utiliza argumentos para defender um ponto de vista específico sobre determinado tema. Com distribuição na mídia impressa e digital, este formato textual é uma importante ferramenta de formação de discussões em redes sociais, abordando temas e assuntos polêmicos que regem a sociedade atual. Os artigos se utilizam de dados provenientes de textos do gênero informativo, como modo de contextualizar a informação, mas fogem da ideia de neutralidade do veículo de comunicação.

O artigo de opinião é um gênero de discurso em que se busca convencer o outro de uma determinada ideia, influenciá-lo, transformar os seus valores por meio de um processo de argumentação a favor de uma determinada posição assumida pelo produtor e de refutação de possíveis opiniões divergentes. É um processo que prevê uma operação constante de sustentação das afirmações realizadas, por meio da apresentação de dados consistentes que possam convencer o interlocutor (BRAKLING, 2000, p. 227, apud OHUSCHI; BARBOSA, 2011, p. 305).

Para Luiz Antônio Marcuschi (2008, p. 89.): “O que faz um texto ser um texto é a discursividade, inteligibilidade e articulação que ele põe em andamento”. Assim, o ponto de vista do autor deve estar explícito na argumentação, já que os leitores buscam estritamente a visão do articulista. Além disso, é necessário destinar um espaço a especialistas que problematizam e elucidam questões referentes à temática escolhida pelo veículo. Apesar da necessidade do jornalista escrever para todo tipo de público, os textos dos articulistas são consumidos por um tipo de leitor específico. Com temas políticos, econômicos ou sociais, os artigos são produzidos para uma elite favorecida socioeconomicamente. Textos publicados em tablóides populares utilizam outros métodos de compartilhamento de informação.

Por se tratar de um texto muito presente no universo do jornalismo, o artigo de opinião apresenta características marcantes em seus textos. Ricardo dos Santos David (2021, p.195), enfatiza que o artigo de opinião deve-se utilizar de linguagem acessível; utilização da voz ativa, sem o uso da linguagem coloquial.

Além desses elementos, o artigo de opinião é um formato com forte presença da argumentação e persuasão sobre diversos temas de grande relevância social. Apresenta a opinião de um articulista, contextualiza com falas de especialistas ou estudiosos sobre o assunto a ser tratado. Por fim, tem uma autoria e é assinado por um jornalista ou por um especialista no assunto tratado.

Como sempre são textos que tratam de assuntos do momento, os artigos de opinião se transformaram, ainda, em um meio para o diálogo entre jornalista e sociedade. Dessa forma, o articulista “discute” com pessoas com pensamentos, ideias e vivências diferentes. Em Uber (2008), é possível analisar essa conversa entre jornalista e receptor da seguinte forma:

Geralmente, as leituras que fazemos são constituídas pelo resultado de muitas outras leituras, o que nos dá condições de fazer esse diálogo entre os textos lidos anteriormente e os que estamos lendo. Esse conhecimento anterior prepara o leitor para concordar ou discordar, totalmente ou em parte das idéias do autor, orienta-o para perceber aspectos que não estão sendo considerados pelo autor do texto e pensar numa possível razão pela qual ele faz isso. (UBER, 2008, p. 5)

Através da pluralidade de ideias, torna-se possível repassar, compactuar, refutar opiniões sobre diferentes temas. Por essa natureza, para se ter opinião é necessário possuir informação. É absolutamente impossível opinar sem conhecer o assunto.

1.2.2 Crônicas

Publicadas em jornais, livros, revistas e portais, o formato textual crônica é muito difundido nos meios comunicacionais por ser curto, com linguagem simples e por retratar aspectos da vida cotidiana, geralmente com toques de humor ou ironia. Assim, o cronista baseia-se em acontecimentos recentes ou em situações do cotidiano para escrever sobre determinados assuntos.

A crônica é um gênero textual que surgiu na idade antiga e se perpetuou ao longo do tempo relatando acontecimentos históricos envolvendo pessoas

importantes. Para Heloisa Amaral (2008), no século XIX, os cronistas despertaram o interesse pelas narrativas sobre acontecimentos, históricos e cotidianos, em ordem cronológica veiculados em folhetins com grande repercussão entre a população.

Sempre relatando feitos de personagens e cenários, a crônica trabalhava a capacidade de observação do seu escritor em diferentes situações, marcando histórias. Com forte ligação com a literatura, a crônica teve seu início em folhetins franceses de grande circulação entre a população. Dessa forma, Melo (2002) aborda como esse gênero foi praticado por escritores presentes na imprensa diária, tornando-se um dos principais formatos textuais do jornalismo.

O jornalismo e a literatura se unificam na crônica. Com o uso de acontecimentos do dia a dia, das histórias de pessoas comuns, linguagem coloquial e grande descrição de detalhes que chamam a atenção do leitor durante a leitura dos folhetins, a união do jornalismo e da literatura dá origem a um texto com presença do uso da opinião. Aspectos atribuídos às características singulares do processo criativo e produtivo da crônica, e possíveis de serem observados no seu resultado final.

Os autores que escrevem crônicas como gênero literário recriam os fatos que relatam e escrevem de um ponto de vista pessoal, buscando atingir a sensibilidade de seus leitores. As que têm esse tom chegam a se confundir com contos. Embora apresente característica de literatura, o gênero também apresenta características jornalísticas: por relatar o cotidiano de modo conciso e de serem publicadas em jornais, as crônicas têm existência breve, isto é, interessam aos leitores que podem partilhar esses fatos com os autores por terem vivido experiências semelhantes. (AMARAL, 2008, p. 1)

Por ter uma linguagem mais simples e ser muito presente nos meios de comunicação, as crônicas possuem como característica textos mais curtos e descontraídos, favorecendo a compreensão. Além disso, têm como característica toques de ironia e humor, baseado em um grande trabalho de análise crítica sobre contextos e circunstâncias abordadas pelo autor. Ao mesmo tempo, o gênero crônica é essencialmente pautado pelo olhar lúdico do autor, sempre atento a pequenos detalhes e acontecimentos sem notoriedade na sociedade. Por fim, a

crônica deve ter a opinião de quem escreve e apontar possíveis soluções sobre as reflexões abordadas pelo escritor no decorrer do texto.

Quando escreve uma crônica, o escritor pode ser ligeiro, pode ser informal, pode dispensar a originalidade, desprezar a busca de uma marca pessoal – pode tudo. Na crônica, ainda mais do que na ficção, o escritor não tem compromissos com ninguém e isso parece fácil, mas é frequentemente assustador. Pode falar de si, relatar fatos que realmente viveu, fazer exercícios de memória, confessar-se, desabafar. Mas pode (e deve) também mentir, falsificar, imaginar, acrescentar, censurar, distorcer. A novidade não está nem no apego à verdade nem na escolha da imaginação: mas no fato de que o cronista manipula as duas coisas ao mesmo tempo – e sem explicar ao leitor, jamais, em qual das duas posições se encontra. O cronista é um agente duplo: trabalha, ao mesmo tempo, para os dois lados e nunca se pode dizer, com segurança, de que lado ele está. Na verdade, ele não está em nenhuma das posições, nem na da verdade nem na da imaginação – mas está “entre” elas. Ocupa uma posição limítrofe – e é por isso que o cronista inspira, em geral, muitas suspeitas (CASTELLO, 2013, p. 307).

Entende-se que as técnicas do jornalismo utilizadas para a produção da crônica e a escrita do texto são diferentes daquelas empregadas na apuração de reportagens. O cronista trabalha na perspectiva de um observador, em alguns casos. Realizar conversa simples, iniciar um diálogo com um estranho durante o dia a dia, são as técnicas de entrevista usadas pelo jornalista. Outra técnica é a entrevista do cronista com ele mesmo, na qual ele busca em suas experiências conexões com os temas que deseja abordar.

1) Fidelidade ao cotidiano, pela vinculação temática e analítica que mantém em relação ao que está ocorrendo, aqui e agora; pela captação dos estados emergentes da psicologia coletiva. 2) Crítica social, que corresponde a “entrar fundo no significado dos atos e sentimentos do homem”. Diz Antonio Cândido que essa tarefa o cronista realiza de modo dissimulado, pois ele mantém o “ar despreocupado de quem está falando coisas sem maior consequência”. Esse é um traço essencial da crônica moderna, que assume o ar de “conversa fiada”, de apreciação irônica dos acontecimentos, deixando de ser “o comentário mais ou menos argumentativo e expositivo” que se praticava nos fins do século XIX (MELO, 2003, p. 156).

CAPÍTULO 2

PROJETO TRANÇAMENTOS

O racismo está muito presente no meu dia a dia. É uma batalha cansativa para conscientizar as pessoas e impor o meu lugar na sociedade enquanto homem preto de cabelo crespo. O projeto Trançamentos tem como objetivo trazer minhas experiências vividas com o racismo e todo o trauma que preconceito criou e cria na vida homens e mulheres negros.

Cresci em uma sociedade rodeada de pessoas negras, mas observando a predominância de pessoas brancas em locais de destaque, como nas novelas, filmes, brinquedos e até mesmo no jornalismo. Além disso, fui bombardeado por falas discriminatórias sobre a minha cor e a minha aparência, sempre colocando os aspectos da minha negritude como ruins e inferiores.

Depois de muito tempo, entendi a importância de reafirmar o meu local na sociedade e, assim, busquei entender o racismo para além da injúria racial. Desse modo, procurei compreender como o racismo nos afeta e como ele está presente na estrutura da nossa sociedade atual. Com isso, entendi que desde o período da escravidão as pessoas carregam preconceitos e falas que inferiorizam aspectos e tradições da cultura afro.

Dito isso, o projeto Trançamentos foi pensado com a construção de seis textos no formato opinativo, trazendo o racismo como tema principal na discussão, suas características e como ele age na vida de pessoas pretas e brancas, gerando uma sociedade desigual e desfavorável para os afrodescendentes.

Serão três artigos de opinião com os temas: desigualdade racial brasileira; meritocracia, branquitude e os privilégios brancos e, por último, a falta de representatividade. Além de três crônicas com os tópicos: padrão de beleza branco; lugar de fala do racismo e desvalorização da cultura afro.

O modelo opinativo foi escolhido para se aproximar da opinião do público leitor, buscando uma troca de experiências e vivências com pessoas que sofreram e sofrem a violência racial que nos assombra todos os dias, além de uma ferramenta de denúncia contra essa agressão e conscientização sobre a falsa ideia de democracia racial em que parte da população acredita.

O nome Trançamentos foi definido por ser o ato de trançar e entrelaçar o cabelo. Essa prática possui um caráter de história e resistência na população afro, além do aspecto estético e afirmativo ligado à construção da identidade negra. Os penteados com trança possuem uma longa e rica história que remonta a milhares de anos.

As tranças não são apenas um estilo estético, mas também uma forma de expressar identidade, status social, idade, religião de uma pessoa. Além de sua importância cultural, as tranças africanas também desempenharam um papel significativo na história de resistência e identidade dos povos africanos. Ao longo dos anos, os nossos cabelos, nossos penteados foram desprezados, enquanto o racismo determinava que cabelos lisos eram o único aceitável dentro do padrão de beleza na sociedade. As tranças são uma lembrança constante da rica herança e história do continente africano. Elas representam a resiliência, a criatividade e a beleza dos povos africanos, conectando as pessoas com suas raízes ancestrais e proporcionando um senso de orgulho e pertencimento.

O uso de tranças é uma técnica corporal que acompanha a história do negro desde a África. Porém, os significados de tal técnica foram alterados no tempo e no espaço. Nas sociedades ocidentais contemporâneas, algumas famílias negras, ao arrumarem o cabelo das crianças, sobretudo das mulheres, fazem-no na tentativa de romper com os estereótipos do negro descabelado e sujo. Outras fazem-no simplesmente como uma prática cultural de cuidar do corpo. Mas, de um modo geral, quando observamos crianças negras trançadas, notamos duas coisas: a variedade de tipos de tranças e o uso de adereços coloridos. Tal prática explicita a existência de um estilo negro de pentear-se e adornar-se, o qual é muito diferente das crianças brancas, mesmo que estas se apresentem enfeitadas. Essas situações ilustram a estreita relação entre o negro, o cabelo e a identidade negra. A identidade negra compreende um complexo sistema estético. Depois de adultas, muitas mulheres negras reconciliam-se com as tranças. Agora, porém, elas apresentam-se estilizadas, desde as chamadas tranças africanas ou agarradinhas, que formam desenhos engenhosos no couro cabeludo, até as jamaicanas, de diferentes comprimentos. (GOMES, 2002, p. 44)

Como patrimônio cultural e um legado deixado pelos povos africanos, os estilos de entrelaçamento de cabelo se tornaram um modo de compreender as

práticas e técnicas de estilizar cabelos e dar destaques aos estilos em penteados de cabelos crespos:

Fazer e usar tranças não são nenhuma novidade nos espaços de sociabilidade negros. A trança é sempre um recurso estético, podendo conter vários sentidos, desde esconder, camuflar e expressar identidade através dos cabelos. Seus significados podem ser muitos, mas o seu uso é histórico. Mesmo passando por tantas formas de opressões, os grupos descendentes de africanos não abandonaram ou as esqueceram como recurso estético, sempre nos foi possível encontrar pessoas negras de cabelos trançados. (SANTOS, 2013, p. 35).

Com origem no continente africano, as tranças são consideradas um estilo para cabelos crespos, considerado fora dos padrões brancos aceitos pela sociedade. Gomes observa que trançar é uma forma de retomar as origens africanas:

A etnografia dos penteados africanos nos mostra que o cabelo nunca foi considerado um simples atributo da natureza para os povos africanos, sobretudo os habitantes da África Ocidental. O seu significado social, estético e espiritual constitui um marco identitário que se tem mantido forte por milhões de anos. É o testemunho de que a resistência e a força das culturas africanas perdura até hoje entre nós através do simbolismo do cabelo. (GOMES, 2006, p. 357)

Diante disso, os textos do projeto Trançamentos serão publicados em um site criado na plataforma Wordpress para comportar os artigos e crônicas pensados com tamanhos em torno de três páginas. Além disso, o produto contará com uma página oficial na rede social Instagram, como meio de divulgação e forma de atrair o público que deseja acompanhar as publicações e criar um espaço de troca de experiências.

Listo a seguir os temas escolhidos para os textos:

Artigo de opinião: Desigualdade racial brasileira

Falsa impressão da igualdade racial no Brasil, ideia de um país miscigenado.

Crônica: O padrão de beleza branco

Episódio pessoal: Escolha do mais bonito da turma. Negritude como feiúra. Leitura dos traços fenotípicos do negro como feios.

Artigo de opinião: Meritocracia e branquitude
Privilégios brancos.

Crônica: O lugar de fala

Episódio pessoal: Conversa no trabalho sobre racismo com colega branca. Quem tem mais autoridade/lugar de fala? Racializar o branco.

Artigo de opinião: A falta de representatividade

Episódio pessoal: Comentário de um parente: “Já viu um jornalista preto?”. Falta de exemplos nas profissões de prestígio, artes, locais de poder.

Crônica: A desvalorização da cultura afro

Como pouco se fala da presença de culturas africanas em nossa língua, música e outras formas de arte.

2.1 ELABORAÇÃO DO PRODUTO

A produção do Projeto Trançamentos teve início em março de 2022, com as leituras e produção do memorial. A produção dos textos opinativos começou em janeiro de 2023, com a elaboração de artigos de opinião e crônicas sobre os temas discutidos. O primeiro passo foi estabelecer claramente o propósito desejado, compreendendo a mensagem a ser transmitida e o impacto esperado nos leitores. Com base nisso, selecionei temas relevantes relacionados ao racismo, que dialogam com as minhas convicções pessoais, que pudessem fomentar discussões construtivas e nos levar a refletir sobre essas questões.

Para construir argumentos sólidos e embasar minhas opiniões, realizei uma pesquisa sobre os temas escolhidos. Explorei diversas fontes de informação, como livros, artigos acadêmicos, notícias e entrevistas. Busquei conhecer pesquisadores e autores nessa área, compreendendo seus trabalhos e perspectivas. Essa pesquisa permitiu a criação de uma estrutura para os textos. Tanto nos artigos de opinião

quanto nas crônicas, utilizamos exemplos reais relacionados aos temas propostos, inclusive experiências pessoais, para contextualizar os textos. Além disso, em alguns casos, criei títulos inspirados em versos de canções de artistas negros, os quais retratam os temas propostos, visando atrair o leitor.

Na elaboração do site para hospedar os textos, foi essencial definir os objetivos da página na web, identificar o público-alvo e planejar a estrutura e a navegação de forma estratégica. A identidade visual foi cuidadosamente pensada, com a ideia de cores claras para que o leitor tenha um ambiente confortável e pouco cansativo para leitura. A iconografia foi desenvolvida pela Renata Ruas por meio do aplicativo Canva. Pensamos na ideia de pluralidade na imagem de destaque com intuito de representar a diversidade da população afro-brasileira, evitando estereótipos e respeitando a riqueza de culturas. O professor Ricardo Augusto auxiliou na elaboração da iconografia com orientações na criação da imagem e escolha do resultado final. Além disso, o design escolhido para o site é responsivo, acessível e intuitivo, visando facilitar a navegação dos usuários. Por fim, foi criada uma conta na rede social Instagram para divulgação do site com o objetivo de alcançar mais seguidores e visitantes para o site.

Compreendi que o conteúdo sobre racismo deve ser elaborado com uma abordagem explicativa e combativa. É essencial abordar a história do racismo, suas manifestações contemporâneas e questões relacionadas à representação racial, assim como destacar as conquistas e contribuições das pessoas afrodescendentes. A utilização de estatísticas, exemplos práticos e histórias reais contribuem para tornar o conteúdo mais relevante e envolvente. O site tem o objetivo de auxiliar os visitantes a se informarem sobre o assunto, incentivando-os a se tornarem cada vez mais antirracistas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho, ficou evidente que o racismo persiste em nossa sociedade de forma estrutural, afetando a vida de milhões de pessoas ao redor do mundo. No entanto, foi igualmente inspirador perceber o poder transformador que pode ser exercido por conteúdos que expõem e questionam o racismo.

Ao disponibilizar textos que abordam a temática do racismo, o site contribui para a desconstrução de estereótipos, preconceitos e discriminações. Seus conteúdos variam desde relatos pessoais e experiências com o racismo a reflexões sobre o tema. Esses textos têm o potencial de atingir um público diversificado e ampliar a conscientização em relação às questões raciais.

É fundamental ressaltar que textos sobre racismo não são apenas uma fonte de informação, mas também uma ferramenta de empoderamento e resistência. As discussões propostas no Projeto Trançamentos oferecem suporte emocional, incentivam a autoestima e promovem a valorização da cultura e identidade negras. Dessa forma, contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva, igualitária e justa.

Por fim, é importante destacar que, diante dos desafios e obstáculos que o racismo ainda apresenta, a iniciativa de discutir o racismo no ambiente digital emerge como uma ferramenta poderosa. Ainda há muito a ser feito na luta antirracista, e essa plataforma online pode vir a desempenhar um papel significativo nesse processo. Espero que este trabalho possa inspirar e encorajar outros a contribuir para o movimento antirracista, seguindo em direção a um futuro mais igualitário e justo para todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Heloisa. Questão de Gênero: o gênero textual crônica. **Escrevendo o Futuro**, 2008. Disponível em: <<https://www.escrevendoofuturo.org.br/conteudo/biblioteca/nossas-publicacoes/revista/artigos/artigo/1235/questao-de-genero-o-genero-textual-cronica>>. Acesso em: 10 out. 2022.
- BHATIA, Vijay K. Análise de gêneros hoje. **Revista de Letras**, n. 23, p. 112-115, 2001.
- BORDENAVE, Juan Díaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2015.
- CASTELO, José. Crônica, um gênero Brasileiro. In: VIOLA, Alan Flávio (Org). **Crítica Literária Contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 304-308.
- DAVID, Ricardo Santos. O Gênero Discursivo Artigo de Opinião: da Teoria à Prática em Sala de Aula, **Revista Humanidades e Inovação**, n. 56, p. 193-204, 2021.
- GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 21, p. 40-51, set./dez. 2002.
- LAGE, Nilson. Ser repórter. In: LAGE, Nilson. **Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 3-11.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MELO, José Marques de. A crônica. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex. **Jornalismo e Literatura: a sedução da palavra**. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 139-154.
- MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 39, n. 1, p. 39-56, abr. 2016.
- OHUSCHI, Márcia Cristina Greco; BARBOSA, Francimara De Sousa. O gênero artigo de opinião: da teoria à prática em sala de aula. **Acta Scientiarum. Language and Culture**. Maringá, v. 33, n. 2, p. 303-314, 2011.
- PIZA, Edith. **Porta de vidro: entrada para a branquitude**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SANTOS, Lauane Bento. **Para além da estética: uma abordagem etnomatemática para a cultura de trançar cabelos nos grupos afro-brasileiros**. 2013. Dissertação (Mestrado em Relações Etnorraciais) - CEFET/RJ, Rio de Janeiro, 2013.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SODRÉ, Muniz. Sobre Imprensa Negra. **Lumina**, Universidade Federal de Juiz de Fora, n.1, p. 1-32, 1998.

TELLES, Edward. **O significado da raça na sociedade brasileira**. Tradução: Ana Arruda Callado. Revisão Técnica e Formatação: Danilo França. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2004.

UBER, Terezinha de Jesus Bauer. Artigo de opinião: estudos sobre gêneros discursivos. **Gestão Escolar**, 2008. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_terezinha_je_sus_bauer_uber.pdf>. Acesso em: 09 out. 2022.

SILVA, M.L; SKOLAUDE, M.S. 1º Congresso Afro-Brasileiro (1934), biopolítica e democracia racial: implicações na educação contemporânea. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 12, n. 23, jan./jun. 2020.

APÊNDICE A - Texto 1

Eu não confundo a pele preta violada

“No Brasil não existe racismo”, disse o então vice-presidente da república, Hamilton Mourão. A declaração aconteceu em novembro de 2020 ao comentar o caso de João Alberto Silveira Freitas, homem negro, espancado e morto por dois seguranças de uma loja de supermercado em Porto Alegre. Quantas vezes já escutamos ou reproduzimos essa frase que colabora para perpetuar uma lógica racista? Mesmo com as estatísticas dizendo o contrário, a falsa ideia de igualdade racial ainda se propaga aos quatro cantos, fazendo com que pessoas brancas, ou socialmente brancas, esqueçam que o racismo é um problema real que elas mesmas criaram e alimentaram.

Para compreender a desigualdade racial no Brasil, é necessário recuperar um pouco da história do nosso país. Durante a colonização do Brasil, a escravidão foi o principal base de sustentação do sistema econômico e social da época. Membros de povos indígenas, que já viviam na América, e de povos africanos negros foram sequestrados e submetidos à escravidão, com condições desumanas, violentas e degradantes.

Com apenas dois artigos, a Lei Áurea (Lei nº 3.353) aboliu, em 13 de maio de 1888, a escravidão no Brasil, pondo fim a mais de três séculos de trabalho forçado. Desde então, a falta de políticas públicas e garantia de direitos humanos, sociais e civis, como saúde, alimentação, moradia, educação e trabalho, condenou os antigos escravizados, agora libertos, e seus descendentes a situações de inferioridade na sociedade.

No final do século XIX e começo do XX, o trabalho de modernização do Brasil consistia em benefícios para as elites e estímulo ao branqueamento social. Pensadores eugenistas defendiam a superioridade das pessoas brancas em relação às demais etnias e, assim, a necessidade de ampliar a presença de brancos, como forma de construir um país desenvolvido e de primeiro mundo. Sendo assim, políticas públicas foram elaboradas pelas elites para subsidiar a vinda de imigrantes

europeus com o intuito de “embranquecer” a população brasileira. Em consequência disso, a população não branca sofreu e ainda sofre as consequências dessa discriminação em violências sociais presentes na atualidade.

No Brasil do século XXI, 77% das vítimas de homicídio são negras. Em 2019, no Brasil, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes negros foi de 29,2%. A violência racial também fica evidente no recorte por gênero. No mesmo ano, as mulheres negras representavam 66% do total de mulheres mortas no país. Os dados são do Atlas da Violência 2021.

Em relação ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego é maior entre a população afrodescendente. De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, entre os desempregados, 32,7% eram pessoas negras, enquanto a porcentagem de brancos foi de 11,3%. O estudo divulgou, ainda, que o rendimento médio mensal da população branca chega a R\$ 3.099. Para pretos e pardos é de, respectivamente, R\$ 1.764 e R\$ 1.814.

A presença de trabalhadores negros em cargos de chefia no Brasil é historicamente baixa e ainda há uma lacuna significativa em relação aos trabalhadores brancos. O levantamento do Vagas.com mostra que somente 0,7% de pretos e pardos ocupam cargos de diretoria. A discriminação racial pode impedir os negros de avançarem em suas carreiras e ter acesso a oportunidades de emprego iguais. Além disso, a cultura e as crenças sociais podem influenciar as percepções sobre o potencial e as capacidades dos trabalhadores afrodescendentes, criando barreiras para a promoção a posições de liderança.

Outro fator que deve ser observado é a desigualdade educacional, incluindo acesso limitado a escolas de alta qualidade e espaços de ensino superior. Dados educacionais apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2019, mostram que 71,7% dos jovens fora da escola são afrodescendentes. Além disso, a porcentagem de pessoas negras analfabetas de 15 anos ou mais era de 8,9%, enquanto brancos somavam 3,6%. De acordo com o IBGE, o número de pretos e pardos graduados em universidades já representa 50% dos estudantes do ensino superior, um resultado da Lei de Cotas, sancionada em

2012. Em contrapartida, em cursos normalmente elitizados, como Medicina, apenas de 3% dos formandos são afro-brasileiros. As informações são do Conselho Federal de Medicina.

É preciso entender que muitas conquistas foram alcançadas nos últimos anos com a visibilidade e a amplificação das vozes negras. Após anos de batalhas contra o preconceito, pessoas negras começaram a ocupar cargos importantes e de muito destaque na sociedade, como Joaquim Barbosa, o primeiro presidente negro do Supremo Tribunal Federal; Benedita da Silva, primeira senadora negra do Brasil; Sueli Carneiro, filósofa, ativista e professora universitária; Taís Araújo e Lázaro Ramos, casal de atores com extenso currículo na televisão e cinema.

O racismo segue muito presente no mundo em que vivemos, principalmente no Brasil. Partindo do princípio de que somos uma sociedade completamente desigual que fomenta a desigualdade social e racial, precisamos alavancar o debate étnico-racial e entender como um país com 54% da população negra, segundo dados do IBGE, os afrodescendentes ainda ocupam tão poucos espaços de poder, empregos de destaque e locais elitizados.

No dia 11 de janeiro de 2023, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a lei que equipara o crime de injúria racial ao de racismo. A sanção ocorreu durante a cerimônia de transmissão de cargo da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, no Palácio do Planalto. Apesar dessa e algumas outras vitórias para a população negra, a luta contra a desigualdade racial ainda é uma tarefa constante e requer ações concretas, mudanças sociais e políticas para garantir igualdade de oportunidades para todos. Assim como diz a banda de rap Racionais Mc's: "500 anos de Brasil e o Brasil aqui nada mudou". Vitórias foram obtidas, mas não o suficiente para mudar injustiças sociais nunca superadas no país. Ainda.

APÊNDICE B - Texto 2

Você ri do meu cabelo, você ri da minha pele

Em 2014, quando tinha 15 anos, realizei o meu objetivo, da época, de cursar Informática Industrial no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET), em Itabirito. Vivi dias de sonho durante o período da divulgação do resultado de aprovação até o começo das aulas. Tão logo adentrei o novo ambiente escolar, deparei-me com o meu primeiro choque social, uma sala de aula com 35 alunos e somente cinco pessoas negras, todas provenientes de escolas públicas. Apesar de não me sentir pertencente àquele local, segui firme rumo ao meu tão sonhado diploma.

Com muita dificuldade, fui me adequando à nova escola, aos novos colegas de turma e, apesar de ser o único menino preto, aos poucos fui me sentindo acolhido por aqueles que compartilhavam o mesmo ambiente escolar. Quando finalmente me sentia igual aos outros, deparei-me com o meu nome no fim de uma lista, feita por pessoas brancas, com um ranking que classificava os meninos da sala em ordem de beleza. Mesmo sabendo que o conceito de beleza pode ser algo relativo, foi ali que entendi que, no racismo, para ser considerado bonito, é preciso ser branco e ter cabelo liso. Apesar de tudo, me fiz de forte e continuei o meu estudo até a formação, mas tive um impacto na autoestima que carrego até os dias de hoje.

Essa perspectiva reproduzida pelos alunos do curso de Informática Industrial do CEFET, infelizmente, é fruto de um racismo que definiu a negritude como feiura. Nossa pele, nosso cabelo, nossos traços ainda não são valorizados como o padrão de beleza europeu. O fenótipo negro é quase sempre tratado como ruim, como um problema a ser disfarçado, dando oportunidade para uma série de ações racistas na indústria da beleza, como maquiagem de contorno para afinar os traços, produtos para alisar os cabelos, entre outros métodos de embranquecimento.

Na minha infância, era comum ver somente o branco em local de destaque na TV. Os heróis dos filmes de ação, as bonecas mais desejadas, a mocinha da novela

sempre possuíam características caucasianas. Além disso, fomos expostos continuamente a narrativas estereotipadas nas quais os negros sempre apareciam como, vilão, ladrão, assassino e tantos outros papéis associados a locais de criminalidade que reforçam um esteriótipo. Um exemplo é a novela "Escrava Isaura", exibida na Rede Globo nos anos de 1976 e 1977, reprisada quatro vezes no Brasil e exibida em 104 países. A trama retratava a vida de uma mulher escravizada, de pele branca, perseguida por outra pessoa escravizada, afrodescendente, que possuía inveja da beleza de Isaura. Sim, a novela possuía um enredo, estapafúrdio, do negro como grande vilão durante o período de escravização no Brasil. E, ainda assim, é um dos produtos de maior sucesso da Rede Globo.

A falta de representatividade e exposição a um padrão estético pautado em estereótipos negativos em relação aos negros difundiu a ideia, entre gerações, inclusive dentro da minha família, de que nós, não brancos, não somos belos. Com algumas exceções de negros com características semelhantes às dos caucasianos, como, cabelos lisos, olhos claros, narizes e lábios estreitos e, se possível, magros. Se possuir alguma dessas características citadas anteriormente, você pode se enquadrar na categoria racista de "negro(a) bonito(a)", muito usada.

Toda essa ideia eugenista da beleza branca limita a representação dos negros à condição de objeto, coisa, corpos hipersexualizados. Por isso, pessoas com ascendência afro muitas vezes são usadas, meramente, como objeto de fetiche dos brancos. A própria expressão "da cor do pecado", inclusive nome de novela da Rede Globo, reforça a ideia de objetificação do negro apenas pelo prazer de quem o transforma em objeto. Dessa forma, características físicas de pretos e pardos só se fazem presentes quando se fala da "Globeleza", quando se representa mulheres sexualmente lascivas e disponíveis, ou corpos masculinos fortes, brutos e com órgão sexual avantajado.

Em tempo, é necessário assumir nossa cor, nossos traços negróides e nosso cabelo, pois esta é uma grande forma de resistência contra uma sociedade racista que violenta corpos negros em vários sentidos. Apesar dos espaços que estamos conquistando, levando esse debate a diferentes tipos de pessoas, o padrão de

beleza imposto pela sociedade ainda é branco. Assim como eu, outros jovens pardos e pretos sofrem ataques e traumas pela negação constante da beleza negra. Hoje entendo a importância de me olhar no espelho e me apreciar, me amar. Amar a nossa cor, o nosso cabelo e entender que somos maiores e mais fortes do que esse sistema que nos ataca e nos diminui.

Anos após o trauma sofrido no Ensino Médio, consigo me aceitar. Gosto de exibir o meu cabelo crespo, as minhas tranças box braids, meu nariz, minha boca e a minha cor. Agora eu entendi que todos esses traços me fazem ter destaque em meio a tantos brancos que carregam as mesmas características. Além disso, aprendi que a beleza negra é magnífica, forte e muito grandiosa.

APÊNDICE C - Texto 3

Meçam os seus privilégios, brancos

Em meados de 2022, o nome da influencer e ex-participante do reality show Big Brother Brasil (BBB), Jade Picon, foi confirmado no elenco da novela Travessia, da Rede Globo. A influenciadora digital, branca e oriunda de uma família rica, ganhou ainda mais popularidade após protagonizar a grande vilã e a maior rejeição da edição 22 do programa. Diferente do caso da Jade, a cantora Karol Conká, mulher preta e vilã da edição anterior do BBB, não teve as mesmas oportunidades, não recebeu convite para atuar em novelas, perdeu contratos e continuou cancelada e odiada pela população brasileira.

A escolha de Jade Picon para o papel na trama global causou muitos questionamentos na internet devido ao fato da ex-BBB não ser uma profissional da área, o que é mais grave diante das poucas escolhas de atrizes e atores negros para papéis de destaque em novelas do horário nobre. Todas as críticas evidenciam como, frequentemente, pessoas brancas, mesmo quando não possuem a qualificação adequada, conseguem melhores trabalhos e oportunidades somente por terem a pele mais clara, gozando apenas do privilégio de serem brancas.

O caso de Jade é muito mais comum do que se imagina, basta fazer uma reflexão a respeito dos nossos locais de trabalho, universidades, entre outros ambientes elitizados. Geralmente são ocupados por pessoas brancas, que muitas vezes estão ali principalmente por conta da cor da sua pele. Aspecto que lhes dá mais oportunidades na vida, desde a infância, e uma blindagem a situações de preconceito e violências.

Pertencer ao grupo das pessoas brancas significa ter acesso a privilégios muitas vezes despercebidos pela sociedade racista em que vivemos. A psicóloga Lia Schucman, em seu livro “Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana”, define a branquitude no Brasil como uma posição e lugar social ocupado por pessoas com privilégios e vantagens presentes desde o colonialismo até os dias de hoje.

Dessa forma, entende-se que pessoas brancas, involuntariamente, já nascem com vantagens em relação às pessoas negras. Assim, pessoas fenotipicamente brancas possuem benefícios, em diferentes áreas da sociedade, como segurança e educação, trabalho, moradia, saúde, etc. O que inclui o acesso, o modo como são tratadas, os estímulos que recebem e maior proteção em relação a várias violências.

O pesquisador David Roediger, em “E se o trabalho não fosse branco e masculino? Recentrando a história da classe trabalhadora e estabelecendo novas bases para o debate sobre sindicato e raça” (2013) evidencia esse fenômeno destacando como trabalhadores brancos com condições iguais aos trabalhadores negros se entendiam como superiores devido à raça, como essas pessoas se sentiam superiores e merecedoras de privilégios somente pelo fato de ter a pele clara. O apontamento feito por Roediger pode ser constatado em ambientes de trabalho com pessoas negras precisando realizar tarefas impecáveis. Diferentemente de brancos, que sofrem cobrança menor.

Em 2018, um movimento nas redes sociais utilizou imagens da boneca infantil Barbie para criticar falas comuns entre pessoas brancas. As críticas tinham como objetivo mostrar argumentos comuns entre os que defendem ideias como meritocracia e que não reconhecem os efeitos da branquitude sobre as suas vidas. Como mostra a imagem a seguir:



As sátiras utilizando a imagem da famosa boneca loira de olhos claros e cabelos lisos, acompanhada do boneco Ken, igualmente loiro e branco, retratam a realidade de muitos brasileiros que ainda não entenderam os benefícios que possuem em uma sociedade racista. Viver como se a cor da sua pele não fosse uma determinante para a sua sobrevivência é um privilégio. Não ser seguido por um segurança em um shopping, não ficar inseguro próximo a policiais, não ser ignorado por vendedores de alguma loja, ser tratado com afeto e respeito por professores, profissionais da saúde, ser escolhido em vagas de emprego, seleções de estudos, bolsas, entre outros, são apenas alguns exemplos de situações tão comuns na vida de pessoas brancas quanto raras na vida de muitas pessoas negras.

Reconhecer os privilégios é dever de todos. Não é possível romper com o racismo que envolve nossa sociedade, enquanto determinado grupo leva vantagens por conta do seu fenótipo. Cabe ainda à população branca reconhecer o pacto que a branquitude instaurou para domesticar os afrodescendentes e apagar nossas histórias, tradições e culturas, como se somente as histórias, tradições e culturas de origem europeia e norte-americana tivessem valor. Reconhecer os próprios benefícios que resultam da cor da pele é o primeiro passo para entender qual o lugar de cada um na luta antirracista, que só terá sucesso se envolver todos nós, brancos e negros.

APÊNDICE D - Texto 4

O meu lugar? É cercado de luta e suor!

Quando entendi de fato a minha cor e me apropriei da luta antirracista, o dia 20 de novembro, celebração Nacional da Consciência Negra, ganhou uma importância significativa para mim. Em 2021, deparei-me com Catarina e Eder (nomes fictícios), companheiros de trabalho, comentando sobre eventos do Dia Nacional da Consciência Negra na cidade. Infelizmente escutei uma série de comentários racistas e depreciativos. Zombaram das nossas tradições, história, violência que vivemos e muito mais. Catarina, uma mulher branca, de classe média, católica e graduada em universidade particular, comentou como os ritos de religiões de matriz africana eram barulhentos e desrespeitosos com as tradicionais igrejas cristãs. Eder, também branco e cristão, acrescentou o quanto eram desnecessários os festejos do Dia da Consciência Negra e revelou não entender quais os motivos da celebração, já que, para ele, racismo só existe na cabeça de pessoas negras.

Cansado de ouvir todos esses absurdos, posicionei-me contra o que estava sendo dito e comecei a ser atacado por Catarina e Eder. Tentaram me ensinar sobre como é ser preto, tentaram me explicar o que é o racismo. Tive o desprazer de ouvir que eles jamais poderiam ser racistas, pois possuem amigos pretos e pardos, aquele típico comentário de uma pessoa racista. Por fim, acabei me exaltando por ser silenciado por pessoas que jamais viverem as nossas dores. Tive que elevar o tom de voz para dizer que não aceitaria brancos tentando me ensinar o que era o racismo. Tentei, a todo custo, explicar que a celebração do Dia Nacional da Consciência Negra tem como objetivo destacar a história de Zumbi dos Palmares e lembrar a luta e a resistência dos negros escravizados no Brasil e falar a importância da igualdade racial e da justiça social. Além de um momento para chamar a atenção para as questões de desigualdade que a comunidade negra sofre no Brasil.

Essa tentativa de silenciar pessoas negras, como a que foi feita por pessoas do meu trabalho, é mais uma ação do racismo que estrutura toda a nossa sociedade. Mais um dos diversos tipos de violências que povos descendentes de

africanos sofreram por centenas de anos. Para alguns, a opinião sobre qualquer assunto só se torna válida quando é emitida por um branco, invalidando as experiências que pessoas negras acumularam em diversos lugares sociais. Para entender o racismo e encontrar maneiras de combatê-lo, é necessário considerar o lugar de fala das pessoas envolvidas.

A socióloga Djamila Ribeiro, em “Lugar de Fala” (2019) afirma que o “lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas”. Assim, podemos compreender que o ponto de vista do locutor influencia no discurso. Logo, o lugar de fala é influenciado por uma variedade de fatores, incluindo gênero, orientação sexual, religião, status socioeconômico e educação, entre outros. Esses fatores influenciam a forma como uma pessoa percebe e entende o mundo. Ribeiro ainda explica que em um país, como o nosso, com origem escravocrata, pessoas negras sempre estarão em posição de opressão. Por outro lado, brancos ocuparão o lugar de quem se beneficia dessa opressão. Dessa forma, a pesquisadora reforça a ideia de que todos os grupos étnicos-raciais podem falar sobre o assunto, mas com vivências e experiências diferentes. Entretanto, é necessário escutar a população afrodescendente e entender o seu local quanto ao racismo.

É necessário compreender que todas as pessoas de todas as etnias podem e devem discutir questões raciais. O diálogo respeitoso e democrático sempre será importante para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária. Entretanto, é muito importante escutar a população preta e parda para entender quais violências essas pessoas sofrem na sociedade.

O respeito aos lugares de fala é uma forma de escutar de pessoas pretas e pardas quais são as violências causadas pelo racismo. Porém o preconceito que estrutura a nossa sociedade faz com que a fala de pessoas negras ainda sejam ignoradas, assim como aconteceu comigo e como acontece com a população negra frequentemente. Um exemplo famoso aconteceu durante a repercussão do assassinato de George Floyd, em 2020. Floyd, homem negro que foi sufocado por um policial branco, virou emblema da luta antirracista. O caso mobilizou a população negra em protestos por várias cidades nos Estados Unidos e no mundo. O telejornal

Em Pauta do canal GloboNews, vinculado à Rede Globo, foi alvo de críticas após realizar uma cobertura das manifestações antirracistas somente com jornalistas brancos.



Com as críticas negativas com a repercussão do programa feito somente por jornalistas brancos, o canal do Grupo Globo fez uma autocritica fazendo uma edição do jornal com todos os comentaristas negros. No dia 3 de junho de 2020, houve debate sobre racismo com a apresentação do âncora Heraldo Pereira e a participação das jornalistas negras Maju Coutinho, Aline Midlej, Flávia Oliveira, Zileide Silva, Lilian Ribeiro.

Quando se trata de racismo, o lugar de fala é especialmente importante, pois a experiência de uma pessoa pode afetar sua capacidade de reconhecer e combater o preconceito. É importante que as pessoas brancas entendam que suas perspectivas são limitadas pelo seu lugar de fala e que elas precisam ouvir e acompanhar a experiência de pessoas negras que estão mais diretamente envolvidas no problema. Somente quando todos se unirem para combater essa opressão histórica é que poderemos vislumbrar um futuro de igualdade entre todas as etnias e culturas do nosso país.

APÊNDICE E - Texto 5

Já viu um jornalista preto?

Quando tinha 17 anos, ainda estudando o ensino médio na minha cidade natal, Itabirito, tive uma conversa com o meu tio Márcio sobre o que cursar na faculdade. Desde os meus 15 anos já tinha muito interesse no jornalismo e nunca me vi fora desta área. Sempre apaixonado pela comunicação social, gostava de ler jornais tabloides, assistir o noticiário e, assim, vi no jornalismo uma ferramenta para mudar o mundo. Quando expliquei que aquele era o meu sonho, deparei-me com uma resposta negativa. Marcio, um homem preto, me perguntou quantos jornalistas negros apareciam na televisão e a todo custo tentou me convencer que não deveria seguir essa carreira.

Para ele, nós, negros, sempre ocuparemos locais de pouco destaque na sociedade, já que não temos as mesmas oportunidades que as pessoas brancas. Dessa forma, jamais alcançaremos cargos de visibilidade, como jornalistas, médicos, atores, entre outros. Essa negativa vindo de alguém muito importante para mim foi um choque. Durante muitos anos fiquei remoendo como um homem negro, pai, tio, irmão de pessoas negras poderia desencorajar a nós mesmo na busca de profissões de prestígio.

Tempos depois entendi que meu tio Márcio era uma vítima do racismo estrutural que está presente na nossa sociedade. Durante parte da sua vida ele nunca se viu representado. Cresceu assistindo pessoas socialmente brancas ocupando todos os locais de destaque na TV, nas revistas, na música e em muitos outros lugares. Apesar de ter inúmeros talentos com pintura, desenho, carpintaria, Márcio nunca buscou oportunidades melhores por medo do que negros e negras enfrentam devido ao racismo.

Assim como o meu tio Márcio, durante a minha infância infelizmente pouco nos vi representados em vários ambientes. No jornalismo, por exemplo, era comum assistir a Glória Maria em algumas reportagens, mas não se via muito além disso.

Os filmes de heróis, a boneca Barbie, as animações da Disney, todos representavam pessoas brancas em diversas aventuras com finais felizes.

É importante lembrar que por muitos anos a imagem de negros era relacionada a estereótipos que reforçam o preconceito e o racismo. Era muito comum ver pretos e pardos em filmes e novelas em situações de vulnerabilidade ou como vilões que tentavam a todo custo estragar a vida dos mocinhos brancos.

Cidade de Deus, Irmandade, Impuros são exemplos de filmes e séries em que negros aparecem em cenas de crime e violência, dando a entender que este cenário é exclusivamente de não brancos vivendo em periferias do Brasil. Nas telenovelas, geralmente a mulher negra aparece como a serviçal e alguém que não possui história própria. Nada além de servir a família fenotipicamente branca, como por exemplo a personagem Zilda, interpretada por Thalma de Freitas, em Laços de Família.

Para o público infantil, a falta de representatividade ficou muito evidente em muitos programas matinais. A apresentadora Xuxa contava com um grupo de assistentes de palco brancas e loiras com o cabelo liso. As famosas paquitas da Xuxa eram o exemplo de beleza que a mídia dos anos 90 propagava para crianças. Assim como diversos outros programas destinados ao público jovem nos anos 90/00 que eram inteiramente feitos por pessoas não negras.

Infelizmente, a pauta representatividade só começou a ser debatida nos últimos anos. Ainda pouco se vê exemplos de pretos e pardos nas profissões de prestígio e locais de poder. Basta parar para pensar: quantas vezes fomos atendidos por médicos negros? Quantos professores negros encontramos na universidade? Quantas pessoas negras vemos nos filmes e novelas? E quantos afrodescendentes ocupam cargos na política? É muito difícil construir uma identidade negra com quase nenhuma representatividade.

Apesar das limitações apontadas, conquistas e avanços estão sendo alcançados. Agora, em junho de 2023, temos as três principais novelas da Rede Globo com protagonistas negras, fato inédito na teledramaturgia nacional. Além

disso, ainda temos o destaque em filmes de heróis do cinema norte-americano, como o Pantera Negra, Homem Aranha Aranhaverso e A Mulher Rei.

O que não significa que tudo tenha mudado. No fim de maio, aconteceu a estreia mundial do *live action* de A Pequena Sereia, protagonizado pela atriz e cantora negra Halle Bailey. Desde o anúncio da escolha de Bailey para o papel da princesa, uma série de comentários racistas foram feitos, com o primeiro teaser do filme recebendo 1 milhão de dislikes no Youtube. Os racistas alegavam que a sereia Ariel, protagonista do filme, deveria ser representada por uma pessoa branca com cabelos vermelhos, assim como era feito nas animações antigas. Comentários sem nenhum tipo de embasamento se partimos do pressuposto que sereias não existem, logo não possuem cor.

Durante a minha juventude, cresci com poucas referências negras, principalmente no jornalismo. Foi no período da minha graduação que me vi representado nos principais telejornais do país. Como o momento em que Maju Coutinho se tornou a primeira mulher preta a assumir a bancada do Jornal Nacional. Depois disso, entendi que jornalistas pretos e pardos sempre existiram, mas devido ao racismo estrutural que enfrentamos cotidianamente, eles nunca tiveram espaços de destaque, com a devida exceção de Glória Maria.

Resolvi seguir a minha vontade e ir contra o pensamento do meu tio Márcio. Mesmo com pouca representatividade no jornalismo ou em qualquer outra área de destaque. Entendi que é sobre isso que se trata o racismo. Ele exclui, silencia e apaga os indivíduos não brancos de qualquer ambiente de poder. Hoje me vejo representado por Aline Aguiar e Tábata Poline da Rede Globo, Marcos Lucas Valentim do Sportv, Jarid Arraes da Revista Fórum, entre outros jornalistas não brancos que exercem com muita qualidade essa profissão que admiro tanto.

A luta pela representatividade e pelo fim do racismo ainda é árdua, mas acredito que é possível romper barreiras e reverter o quadro de invisibilidade que nos foi imposto. O jornalismo e outras profissões de prestígio são espaços que devem acolher a diversidade e pluralidade de todos os brasileiros. Não aceito um destino determinado pelo preconceito e pelas limitações impostas pelo racismo.

O meu sonho de ser jornalista é um ato de resistência, uma prova de que somos capazes de mudar o mundo através da nossa voz. E é com essa intenção que seguirei meu caminho, enfrentando as adversidades e construindo uma trajetória que inspire outros jovens negros a perseguirem seus sonhos com confiança e orgulho de suas raízes.

APÊNDICE F - Texto 6

É o mundo negro que viemos mostrar para você

Eu falei: “Faraó”. Ê, faraóó. É um chamado que ecoa na avenida na voz da cantora, e agora ministra da Cultura do Brasil, Margareth Menezes. A canção “Faraó - Divindade do Egito”, composta em 1987 por Luciano Gomes, ainda é um grande sucesso dos carnavais. A letra complexa retrata a mitologia egípcia com histórias sobre deuses como Shu, Osíris, Ísis, entre outros. Além disso, a canção ainda aborda a relação dessas referências com lugares e expressões culturais da Bahia e da África como símbolo de luta pela liberdade.

Durante a minha infância, esta canção e tantas outras com estilo afrobrasileiro estiveram presentes. A minha mãe sempre foi muito fã de gêneros como samba reggae e axé music, escutava CDs de artistas como Timbalada, Carlinhos Brown, Olodum, Margareth Menezes e Banda Mel. Por meio dessa influência acabei me interessando por estilos musicais que trazem elementos culturais de povos africanos. Foi dessa forma, por exemplo, que aprendi um pouco sobre a cultura egípcia, com a música ‘Faraó - Divindade do Egito’, e sobre religiões de matriz africana, com a canção “Dandalunda”, composta por Carlinhos Brown e interpretada por Margareth.

Infelizmente essa influência de elementos da cultura africana sempre foi pouco valorizada. Raramente vemos aspectos culturais afrobrasileiros serem exaltados na arte, música, cinema, arquitetura, linguagens, ritos. Apesar do Brasil possuir uma história com muitas ligações com países do continente africano. Nossa história e memória nacional marginalizou os negros no processo de construção do patrimônio cultural, muitas vezes relegando as produções afrobrasileiras e seus artistas a espaços de subalternidade.

O samba, que surgiu no começo do século XX, com muita influência rítmica da cultura africana, sofreu muito preconceito. A popularização do gênero só aconteceu na década de 1930, com o embranquecimento do ritmo musical e o destaque de artistas brancos. O mesmo aconteceu com o axé music, que surgiu em

Salvador no início dos anos 80. Mesmo desprezado pela crítica, o estilo musical conseguiu apoio das massas e a popularidade no restante do país com o destaque de artistas socialmente brancos como Luiz Caldas, Daniela Mercury, Ivete Sangalo, Cláudia Leitte, Durval Lélio e Saulo Fernandes. Apesar de artistas negros não lucrarem sempre com as músicas que eles próprios criaram, a influência afro foi muito importante na construção de outros gêneros musicais, como o funk e a bossa nova, que ganhou sucesso mundial sendo produzida por pessoas brancas.

A desvalorização de tradições culturais negras, como aconteceu no samba e no axé music, foi mais uma ação do racismo que segue presente na nossa sociedade. Mas a música não é o único caso. Quando pessoas de diferentes povos africanos foram sequestradas do seu continente e trazidas ao Brasil para serem escravizadas, elas trouxeram também suas culturas. O racismo cultural criou uma desvalorização dessas culturas africanas e das tradições não europeias.

A primeira falta de reconhecimento das nossas origens aparece na linguagem. Os escravizados que chegaram no Brasil foram obrigados a falar a língua portuguesa e mudar os seus nomes, apagando um dos nossos principais traços de origem e resistência. Apesar da violência sofrida por povos africanos durante o período escravocrata, diversas palavras de línguas africanas resistiram ao racismo cultural e foram incorporadas ao português falado no Brasil. São palavras do quimbundo, quicongo, iorubá e umbundo. A filósofa Lélia Gonzalez, em “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” (1984), criou o conceito de “pretuguês” para pensar a interferência e importância de idiomas africanos no português brasileiro. Dessa forma, podemos observar uma série de palavras comuns no vocabulário brasileiro que não existem no português de Portugal, como bagunça, cachaça, bunda, quitute, batucada, cangaço e várias outras.

A influência da cultura africana é também evidente e pouco valorizada na culinária. Na minha cidade natal, Itabirito, em Minas Gerais, existe o pastel de angu. Um quitute de fubá frito com recheio tradicionalmente de carne e queijo. A iguaria é patrimônio imaterial da cidade e possui festa em comemoração ao prato. Apesar do sucesso na região, o pastel surgiu no século XIX com as mulheres escravizadas

misturando o fubá e as sobras de carne que lhes eram dadas. Apesar do sucesso do pastel de angu, pouco se fala sobre o fato de que a receita foi criada por pessoas afrobrasileiras. Assim como aconteceu com a feijoada. Outro exemplo é o azeite de dendê, que, por meio de africanos escravizados, começou a ser utilizado em vários pratos afrobrasileiros como o vatapá, o caruru, a moqueca, o bobó de camarão e o acarajé, muito presentes na culinária baiana. Além disso, comidas como o cuscuz e a pamonha foram incorporados na culinária brasileira e, apesar de possuírem influências da culinária africana, são considerados iguarias brasileiras.

Em live no Instagram, realizada no dia 11 de junho de 2020, Taís Araújo perguntou a Ivete Sangalo o porquê de Margareth Menezes não ter tido o mesmo sucesso de Ivete na música. A cantora se calou e não soube ou não quis responder. É exatamente esse tipo de pergunta da Taís que devemos fazer a respeito de toda cultura afro no Brasil. Por que não é valorizada? Expressões culturais africanas são inspirações na música, na culinária, nas artes visuais, na engenharia, na arquitetura e, apesar de tudo, são pouco reconhecidas. Pois prosseguimos supervalorizando aspectos culturais estadunidenses e europeus.

Independente das inúmeras tentativas de apagamento do patrimônio cultural africano no nosso país, a influência de elementos afros na nossa música, linguagem, culinária e diversos outros segmentos segue muito resistente. Hoje temos uma nova geração de artistas musicais, por exemplo, BaianaSystem e Gilsons, com uma pegada mais jovem que traz elementos musicais afro-brasileiros. Quem sabe esses novos artistas conseguem ter o mesmo impacto e colaborar na formação de jovens negros, assim como Olodum e Margareth tiveram para mim.